

39º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS
SPG11: O PAPEL DA CIÊNCIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

**SOCIEDADE, ESTADO E CIÊNCIA: UM OLHAR A PARTIR DO PROGRAMA
NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**

**HELENA CARDOSO RIBEIRO
ROGÉRIA CAMPOS DE ALMEIDA DUTRA**

Caxambu

2015

SOCIEDADE, ESTADO E CIÊNCIA: UM OLHAR A PARTIR DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Helena Cardoso Ribeiro¹

Rogéria Campos de Almeida Dutra²

RESUMO

O objetivo deste trabalho é refletir sobre a tríade Ciência, Sociedade e Estado, a partir das concepções presentes na regulamentação da alimentação na escola e dos trabalhos científicos produzidos sobre o tema. De outra maneira, buscamos compreender o papel que as Ciências, principalmente àquelas voltadas para a saúde, vem exercendo na sociedade e seus mecanismos, como a política pública de alimentação escolar. Tal objetivo surge como vértice de uma pesquisa maior em andamento no doutorado que visa compreender as múltiplas relações em torno da merenda no interior da escola pública. Para isso, tem sido realizada a observação do cotidiano escolar no contexto da merenda e, para esse trabalho, a revisão bibliográfica foi o meio utilizado para obter informações e sistematizar conhecimento. Apontamos que, frente aos novos hábitos e estilos de vida das populações, a atenção à alimentação escolar procura seguir novos paradigmas influenciados pelo valor de uma “alimentação saudável”, constituindo-se campo estratégico de reflexão a respeito dos dispositivos normativos e de controle social submersos na instituição escolar e, assim, da relação entre Sociedade, Ciência e Estado na contemporaneidade.

Palavras-chave: Sociedade. Ciência. Estado. Alimentação Escolar. PNAE

INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é tido como a maior³ e a mais antiga política pública do Brasil⁴. O país é referência internacional por seu

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: helenacr.cso@gmail.com

² Professora Doutora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: rcadutra@uol.com.br

programa de alimentação e combate à fome, sendo a merenda escolar um fator importante, segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), para o bom desempenho brasileiro. O sucesso alcançado pelo Brasil quanto à política alimentar fez com que o país saísse do mapa da fome da FAO em setembro de 2014 (FAO, IFAD e WFP, 2014). Com tal destaque, o PNAE vem sendo alvo de investigações científicas nos últimos anos. Partindo do levantamento bibliográfico exploratório realizado para a pesquisa em desenvolvimento no doutorado “Merenda Escolar: políticas e práticas alimentares”⁵ – a qual suscitou esse trabalho – podemos afirmar que a produção científica sobre o tema abarca diversas áreas do conhecimento, como nutrição, medicina, agronomia e educação, prevalecendo, sobretudo, as questões referente à saúde. Ainda que de formas diferentes, essas pesquisas contribuem para um olhar sobre a maior e a mais antiga política pública brasileira. A partir da leitura dos resumos dessas pesquisas já despontam muitos questionamentos sobre o tema e os resultados das pesquisas demonstrados. Tais reflexões surgem de um ponto de vista marcado por um contexto que cerca essa pesquisadora, de tempo, lugar e formação. E é sob esse olhar que destacamos alguns pontos que chamaram atenção e levam a algumas indagações.

O primeiro deles é que muitas pesquisas que têm como foco a avaliação da qualidade nutricional dos alimentos servidos na escola, em diversas partes do país, apontam para a inadequação da qualidade nutricional dos cardápios (ALVES, 2011; SILVEIRA, 2011; VIANA, 2012). Mas, o que isso significa? Que a política de alimentação escolar não atende de maneira adequada seus alunos? Que a merenda escolar sob a luz da Segurança Alimentar e Nutricional não se efetiva? Por quê? É apenas uma ineficiência de gestão? O que é servido na escola está ligado a práticas alimentares na escola ou a práticas alimentares dos alunos? A tradição alimentar da população brasileira

³ O orçamento do PNAE para 2014 foi de R\$ 3,5 bilhões, para beneficiar 43 milhões de estudantes da educação básica e de jovens e adultos. (FNDE, 2015)

⁴ Já no início da década de 1950 houve outra tentativa da institucionalização do fornecimento de merenda por meio do Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, chamado de Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil. Entretanto, apenas em 31 de março de 1955 a Campanha de Merenda Escolar foi promulgada pelo Decreto nº 37.106.

⁵ A pesquisa “Merenda Escolar: políticas e práticas alimentares” tem como objetivo geral compreender as múltiplas relações em torno da merenda no interior da escola pública, tendo como referência as políticas implementadas nas últimas décadas referentes à alimentação escolar.

está em acordo aos parâmetros de “qualidade nutricional”? O que é qualidade nutricional?

Outro ponto a ser destacado, presente no debate acadêmico apontado nos periódicos/artigos analisados, é a questão da “higiene”, tanto no processamento da merenda quanto nos locais em que ocorre (GOMES, 2011; OLIVEIRA, 2011; SOARES, 2011). Mais uma vez as pesquisas convergem afirmando que não há higiene suficiente nas escolas, porém, também atestam que isso não tem afetado a saúde daqueles que a consomem. Nesse viés, uma pesquisa (WERLE, 2011) aponta que só não há riscos para aqueles que consomem a merenda, pois o alimento é servido fresco, ainda quente, o que impede a contaminação. Aí indagamos: se não há riscos na forma como a merenda é preparada, por que isso é tratado de forma negativa? Qual é o real padrão de higiene satisfatório? Se não há riscos para aqueles que consomem, isso não tem mais a ver com o tipo de higiene que está se impondo à escola, diferente daquela necessária no dia a dia? Há que se refletir acerca das raízes da desconfiança ou suspeita em relação aos padrões de “pureza” no processo de elaboração da alimentação escolar. Onde se situa o perigo? Ressaltamos que um padrão de higiene diferente, talvez “artesanal”, em contraposição à lógica da comida industrial pode não se associar de forma imediata à falta de higiene e cuidado na preparação dos alimentos.

O terceiro assunto que merece destaque nos artigos analisados refere-se ao baixo consumo de frutas e hortaliças na escola (FARIAS, 2011; PERETTI, 2011), indicando inclusive que tal fato decorre da rejeição dos alunos. Mas sob quais parâmetros? Esse argumento vai de encontro ao que tem sido observado nas escolas acompanhadas para a pesquisa que esse trabalho deriva; por exemplo, no que se refere às frutas, pois é oferecida e consumida espontaneamente, até mesmo por alunos que não têm o hábito de fazer uso da merenda escolar. O consumo pode ser baixo dentro daquela perspectiva dos valores nutricionais diários, mas como questionamos anteriormente pode estar atrelado ao consumo da população brasileira e não a um “problema” meramente da escola ou do PNAE. Um quarto ponto é que nas pesquisas se constata que não há ações de educação alimentar e nutricional nas escolas, com exceção daquelas pesquisas realizadas em escolas modelos, referência quanto a práticas inovadoras na alimentação nesse ambiente (ALBUQUERQUE, 2012; NUNES, 2012). A educação alimentar foi inserida recentemente no que tange a regulamentação da merenda (Resolução nº 26 de 17 de junho de 2013 do FNDE) e, em hipótese, ainda não encontra dispositivos na escola para

sua efetivação já que é uma medida que vem “de cima para baixo”. Esse é ainda um desafio para as instituições de ensino, além de tema instigante de reflexão, desde os parâmetros de constituição de um padrão de educação alimentar, até a realidade de sua “não aplicação”: se não está ocorrendo educação alimentar, o que ocorre então?

Finalmente, o quinto e último ponto se refere à agricultura familiar. A merenda escolar aparece em todos os trabalhos que tratam desta temática, assim como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (BARBOSA, 2012; SILVA, 2012; RISSARDO, 2012). Isso se deve à exigência de que no mínimo 30% dos produtos da merenda venham da agricultura familiar. Juntos, esses programas – PNAE e PAA – têm promovido transformações na zona rural das cidades, fomentando a economia no campo. Todavia, conforme discutido nessas pesquisas, há dificuldades para o alcance da meta de provimento de 30% dos alimentos da merenda escolar, seja pela produção insuficiente – é mais vantajoso o plantio de monoculturas que interessam a outros setores, como a agroindústria –; seja pela debilidade da organização dos pequenos produtores para o fornecimento conjunto desses alimentos.

A partir do quadro apresentado sobre a produção científica quanto à merenda escolar, o objetivo desse trabalho é refletir sobre a tríade Ciência, Sociedade e Estado a partir das concepções presentes na regulamentação da alimentação na escola. De outra maneira, buscamos compreender o papel que a Ciência, principalmente àquelas voltadas para a saúde, vem exercendo na sociedade, e seus mecanismos, como na política pública de alimentação escolar. Nesse sentido, cabe ressaltar que vemos a escola como um lugar propício para conhecermos nossa sociedade. As relações estabelecidas e as mudanças ocorridas em um contexto mais amplo refletem diretamente na escola e vice-versa. Portanto, vemos esse lugar como uma instituição social central na sociedade moderna ocidental.

1. ACESSO A ESCOLA, ALIMENTAÇÃO E SEGURANÇA ALIMENTAR

A escola no Brasil, desde o início do século XX, segue um processo de democratização do seu espaço que se concretiza na década de 1990 com a universalização do ensino fundamental. Junto a esse processo, não apenas formas de

ensino são incorporadas por essa instituição como também outras funções. Isso quer dizer que uma nova população adentra a escola e é necessário criar maneiras para que permaneça ali. A alimentação é um dentre outros elementos para isso. Dessa maneira, os marcos da democratização do ensino coincidem com a solidificação da política de alimentação escolar. Vejamos.

No período republicano no Brasil a escola tinha como função letrar e certificar os filhos das classes dirigentes enquanto a gestão dos pobres ficava a cargo da Igreja (assistência) e da polícia (recuperação) (PEREGRINO, 2010). Podemos dizer que, nesse contexto, a escola assume o papel de promoção individual, um veículo para a ascensão social e para a manutenção dos privilégios das camadas superiores. Não coube a escola ser uma instituição reguladora da pobreza como em outros países capitalistas. A partir da década de 1930 até 1960 há uma expansão seletiva da escola que não se dá sem um contexto específico – mudanças econômicas, políticas e sociais – e sem consequências. Em síntese, a entrada de um contingente populacional nesse ambiente até então restrito se deu ao custo da precariedade das funções exercidas pela escola até então, além de se apresentarem novos desafios a esta instituição frente a gramáticas culturais diversas.

Já no Regime Militar, a Reforma da Educação foi marcada por políticas de contenção nos níveis médio e superior e pela liberação do ensino elementar, o que Peregrino (2010) chama de expansão regulada. A intenção era gerar expectativas de inserção, e não esta propriamente dita. A utilização da escola para fins não educacionais marca a ampliação do acesso nesse período. No fim da década de 1970, o uso dessa instituição para gestão da pobreza tornou-se mais específico com a incorporação de políticas de redução da pobreza, antes a cargo de outras instituições e órgãos que lidavam com serviços básicos, assistência social e desenvolvimento comunitário. Esse tipo de política se materializa na década de 1980 através de programas governamentais, como o Programa Nacional de Ações Socioeducativas e Culturais para Populações Carentes Urbanas (Prodasec/Urbano) e o Programa Nacional de Ações Socioeducativas e Culturais para Populações Carentes Rurais (Prodasec/Rural). Ações dessa natureza, antes circunscritas aos limites da “assistência”, passaram a integrar as funções dos estabelecimentos de ensino, de modo que estas foram ampliadas, com prejuízo para o “papel escolarizador” que a escola tinha. Como nos diz Peregrino (2010, p. 92), esse é um ponto de fundamental importância, pois

a escola pública de primeiro grau, que nas décadas de 1970 e 1980 inicia sua trajetória de circunscrição ao âmbito da pobreza, incorpora, nessa trajetória, os elementos para a ‘gestão dos pobres’ que daí em diante passarão a ocupá-la de forma mais extensiva.

Assim, na década de 1990, o quadro não foi diferente. A expansão do atendimento escolar foi acompanhada da ampliação da dimensão “assistencial” nessa instituição, como por exemplo, o Programa Bolsa Escola, hoje Bolsa Família. Peregrino (2010) chama esse processo de “desescolarização da escola”, no sentido de descaracterização do que era considerado o papel dessa instituição. Porém, é importante ressaltar, como faz a autora, que a “metamorfose” se dá ao mesmo tempo em que uma parcela da população, antes excluída, passa a ter acesso à educação.

É em meio à trajetória descrita que surge a política de merenda escolar, implementada na década de 1950. O provimento da alimentação nas escolas tem como referência o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O PNAE, de acordo com as informações obtidas no Portal do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), é regulamentado pela Lei 11.947 de 2009, modificada pela Lei 12.982, de 28 de maio de 2014, e pela Resolução do FNDE nº 26 de 17 de junho de 2013. Seu objetivo é atender às necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis. Ressaltamos que a merenda escolar faz parte das discussões da educação nacional desde a década de 1940, quando o Instituto de Nutrição propôs ao governo federal que oferecesse alimento aos educandos; proposta esta indeferida sob a justificativa da falta de recursos financeiros.

Já no início da década de 1950 houve outra tentativa da institucionalização do fornecimento de merenda por meio do Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, chamado de Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil. Entretanto, apenas em 31 de março de 1955 a Campanha de Merenda Escolar foi promulgada pelo Decreto nº 37.106, sob responsabilidade do Ministério da Educação em parceria com organismos internacionais como o Fundo Internacional de Socorro à Infância (Fisi) – hoje conhecido como Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). A partir de

então, a merenda passará por mudanças instituídas por decretos até se constituir no modo como a conhecemos hoje através do PNAE.

Em 1956 a merenda é concedida pela Campanha Nacional de Merenda Escolar, com a publicação do Decreto nº 39.007 de 11 de abril com o intuito de torná-la uma política de âmbito nacional. Já em 1965, pelo Decreto nº 56.886, é chamada de Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE). Junto a essa campanha vários programas de ajuda americana se proliferaram, como: Alimentos para a Paz (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional - Usaid); Programa de Alimentos para o Desenvolvimento (atendimento das populações carentes e à alimentação de crianças em idade escolar); e Programa Mundial de Alimentos (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO/ONU). No ano de 1976 o programa para a alimentação escolar fazia parte do II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição, com financiamento do MEC e gerenciamento da CNAE. Em 1979 o Programa recebe o nome que conhecemos hoje, Programa Nacional de Alimentação Escolar, PNAE.

De 1979 até como compreendemos o PNAE hoje, houve transformações e transições que têm como marcos os anos de 1988, com a promulgação da Constituição Federal, e 1994, com a instituição da Lei nº 8.913, de 12 de agosto. O primeiro ano de referência trata da solidificação do Programa como um direito assegurado a todos os alunos do ensino fundamental e, o segundo, da descentralização dos recursos destinados ao funcionamento do Programa por meio de convênios com os municípios e envolvimento das Secretarias Estaduais de Educação. O planejamento dos cardápios, a aquisição dos gêneros por processo licitatório, a contratação de laboratórios especializados para efetuar o controle de qualidade e a distribuição dos alimentos antes realizado pelo órgão central passa a ser responsabilidade municipal. A descentralização iniciada em 1994 vai se consolidar em 1998 com a Medida Provisória nº 1.784, onde o repasse das verbas destinadas à alimentação passa a ser feita diretamente aos municípios sem a necessidade de celebração de convênios. Outras mudanças foram realizadas, como a obrigatoriedade de que 70% dos recursos transferidos pelo governo federal fossem aplicados exclusivamente em produtos básicos, sendo respeitados os hábitos alimentares regionais e a vocação agrícola do município, fomentando o desenvolvimento da economia local (Medida Provisória nº 2.178, de 28/6/2001).

Em 2009, a Lei nº 11.947 de 16 de junho ampliou o Programa para o atendimento de toda Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), incluindo a Educação de Jovens e Adultos, e passou a exigir que 30% dos recursos do Programa fossem gastos com produtos da agricultura familiar. Essa Lei é a base do PNAE hoje vigente – apenas sendo alterada pela Lei 12.982, de 28 de maio de 2014 que inclui o atendimento especializado para aqueles alunos que necessitem de atenção nutricional em virtude de estado ou de condição de saúde específica – sendo seu funcionamento regulamentado pela Resolução nº 26 de 17 de junho de 2013, publicada pelo FNDE, que traz a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) como uma das ações do PNAE.

O breve retrato das transformações ocorridas com a educação brasileira a partir do acesso à escola pelas camadas populares e os marcos regulatórios da merenda escolar como uma política do Estado parecem coincidir quando os comparamos. A merenda torna-se uma política de estado (1955) ao mesmo tempo em que uma nova população, pobre, adentra a escola (ampliação de acesso nas décadas de 1930 a 1960). O processo de consolidação dessa política, na década de 1970, ainda no Regime Militar – que, como apresentamos, insere a “gestão da pobreza” no contexto escolar – culmina no Programa Nacional de Alimentação Escolar, que recebeu este nome em 1979. Seguindo a mesma lógica de comparação, o fortalecimento do Programa com a Constituição de 1988 se dá em um contexto em que a Educação e a Alimentação tornam-se um direito e também um dever do Estado. A década de 1990, desse modo, será dedicada à inserção de uma população ainda fora da escola nessa instituição, onde o PNAE se cristaliza como uma das maiores políticas nacionais. Com a entrada dos anos 2000, é possível dizer que o ensino fundamental foi universalizado no país, ou seja, que a camada popular está inserida nas redes de ensino, consolidando-se a escola como espaço responsável por uma educação ampliada.

A escola se apresenta cada vez mais em nosso país como uma instituição reguladora. Se desde o século XVIII ela tem sido colocada com esse papel, no Brasil isso poderá ser considerado em sua totalidade na década de 1990 com a universalização do ensino fundamental. A inserção de toda uma população (numa determinada faixa etária) na escola traz consigo os elementos de gestão dessa população, sendo a escola pública um dos principais vínculos deste público com o Estado. Sendo uma das grandes instituições modernas, o poder se inscreve na escola e, assim, nas desigualdades

presentes nela, reflexo da sociedade em que está inserida, e nos corpos daqueles que ali estão.

Podemos então sinalizar que não é mero acaso que toda a trajetória do acesso a educação e da merenda coincida também com um contexto mais amplo quanto a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). A discussão sobre a merenda escolar para atender uma nova população acontece em um contexto pós-guerra, onde a alimentação, a produção dos alimentos e o combate a fome ganham vigor. Mas, se no mundo a discussão sobre SAN é aberta no pós-guerra, no Brasil temos ela datada do final da década de 1980 – o que não quer dizer que não tenha influenciado na política de alimentação escolar antes disso, pois os grandes incentivadores dessa política como um mecanismo de combate à fome são os organismos internacionais que tiveram forte influência em todos os países.

No Brasil, em 1986 aconteceu a I Conferência de Alimentação e Nutrição onde é proposta a criação de um Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional que só vai se concretizar em forma de lei em 2006, vinte anos depois. Nesse meio tempo destacamos a proposta para uma Política Nacional de Segurança Alimentar, apresentada por Luiz Inácio Lula da Silva em 1993 ao então presidente Itamar Franco. Tal proposta será reavivada em 2003 por meio do Programa Fome Zero (PFZ), já com o proponente da Política de 1993 ocupando o cargo de Presidente da República. Antes disso, em 1999 havia sido instituída a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) pelo Ministério da Saúde sob a ótica da SAN (ONAU, 2011). Porém, o Programa Fome Zero, como afirma Belik (2012), foi o primeiro a conseguir reunir todas as dimensões da SAN⁶ em um único plano de ação. Dentre os principais programas sociais vinculados a ele estão dois ligados diretamente à Educação, mais precisamente a escola pública, o Bolsa Família – criado em 2003, que exige a frequência das crianças na escola para que o benefício seja recebido – e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – que oferece alimentação durante o período letivo. Esses programas continuam hoje como pilares da política brasileira de combate a fome dentro de uma perspectiva de SAN.

⁶ Produção/disponibilidade de alimentos, acesso e educação alimentar.

Especificamente, o PNAE que aqui nos interessa engloba em 2001, com as mudanças implementadas pela Medida Provisória nº 2.178 já citadas⁷, as discussões em pauta em torno da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) em toda a década de 1990 que também coincide com a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) de 1999. Relembrando o conceito de SAN, podemos dizer que, em um primeiro momento, ele vai se preocupar com a produção dos alimentos; em seguida, com o seu acesso, respeitando as tradições de cada lugar e fortalecendo o desenvolvimento agrícola regional, englobando políticas de combate a fome – como o PNAE com a MP de 2001 e com a Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009 que ampliou o Programa para o atendimento de toda Educação Básica e EJA, e exige que 30% dos recursos do Programa sejam gastos com produtos da agricultura familiar. Por fim, em um terceiro momento, a preocupação da SAN volta-se para a educação alimentar.

Esse último aspecto foi materializado no PNAE pela Resolução nº 26 de 17 de junho de 2013, publicada pelo FNDE, junto com o fortalecimento dos demais pontos da SAN que logo podem ser identificadas nas considerações prévias contidas na Resolução sobre direito à alimentação, desenvolvimento de práticas saudáveis de vida e da segurança alimentar e nutricional, ações articuladas entre educação, saúde, agricultura, sociedade civil, ação social, entre outros e a Agricultura Familiar e sua contribuição para o desenvolvimento social e econômico local (BRASIL, 2013). Além disso, a educação alimentar vem em consonância com o Plano Nacional de Combate à Obesidade e o Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNT), segundo o próprio sítio do FNDE.

Como também podemos observar, nessas considerações há uma crescente preocupação com um tipo de alimentação saudável, que também traz seus reflexos no espaço da merenda escolar. Se por um lado a escola pode, através da merenda, oferecer aos estudantes o acesso a novos paradigmas alimentares, por outro, podemos reconhecer o papel fundamental do espaço da merenda escolar como parte dos dispositivos normativos e de controle social submersos nesse contexto.

⁷ Obrigatoriedade de que 70% dos recursos transferidos pelo governo federal fossem aplicados exclusivamente em produtos básicos sendo respeitados os hábitos alimentares regionais e a vocação agrícola do município, fomentando o desenvolvimento da economia local.

2. ALIMENTAÇÃO E CONTROLE

O paradoxo que desponta sobre a alimentação escolar não é algo inerente a ela. A alimentação é ponto estratégico para se pensar sobre novos/velhos hábitos e controle social do que podemos chamar uma sociedade complexa. Nesse sentido, Levenstein (1998), ao fazer um resgate histórico dos hábitos alimentares norte-americanos, usando como marcos os principais movimentos de Reforma Alimentar neste país, deixa claro o emaranhado entre sociedade, tradição, moralidade, as descobertas da ciência e a saúde que corroboram para o entendimento da merenda escolar enquanto um lugar de reflexão que entrelaça Sociedade, Estado e Ciência.

Partindo da análise desses marcos é possível afirmar que o consumo de alimentos pelos americanos pode ser ilustrado por uma contradição que consiste no orgulho de ser “o povo da abundância” ao mesmo tempo em que é a pátria de métodos para limitar o consumo.

Mesmo com os tempos difíceis vividos pelos primeiros colonos da América, pode-se afirmar que eles se alimentavam melhor que na Grã-Bretanha. Os benefícios da abundância puderam ser visualizados no combate para a independência da colônia, onde os soldados americanos eram maiores do que os europeus devido a sua nutrição. Além disso, desde essa época os americanos ganharam a fama de grandes comilões, com o consumo de grandes quantidades de carne, pão de milho, centeio e frumento (trigo) (LEVENSTEIN, 1998).

Já por volta de 1830 houve um grande desenvolvimento do comércio e da indústria impulsionado pela passagem da economia de subsistência para a economia de mercado e pelos avanços do transporte. Tal mudança proporcionou uma maior variedade de gêneros alimentícios e também por períodos mais longos do ano. A classe média tirou partido dessa nova situação, mesma população que também reage mais rapidamente às tentativas de limitar e disciplinar o consumo.

O primeiro movimento de Reforma Alimentar, conforme Levenstein (op.cit.), é datado de 1830 a 1840. Este movimento disseminou a ideia de que alguns alimentos seriam nocivos para a saúde juntamente com aspirações de natureza moral. O principal representante desse movimento – que vai inspirar as demais reformas – foi o pastor protestante William Sylvester Graham. O pastor defendia uma doutrina vegetariana e

realizou uma cruzada contra o álcool, atividade sexual e consumo de carne e especiarias. Para ele o sistema nervoso era a sede de toda a força que a vida depende, desse modo, todos os elementos que o estimulavam poderiam causar doenças e morte.

Outros alimentos também eram foco de desconfiança devido a modificação do seu estado natural. O pão branco, por ser feito com farinha peneirada, foi um dos alvos de Graham. Em sua homenagem, a primeira loja de produtos dietéticos do país chamou o pão de farinha integral de “Graham flour”.

A segunda Reforma Alimentar aconteceu em meio a um novo surto de desenvolvimento, com a criação de estradas de ferro e a ampliação da criação de gado no oeste, proporcionando maior consumo de carne e uma maior diversificação das culturas. Os pratos dos ricos transbordavam e abundantes refeições eram feitas com a mão de obra europeia disponível. Em consequência, há uma reação aos exageros por meio do movimento de Reforma Dietética na transição do século XIX para o XX que se baseava em novas ideias científicas que deveriam contribuir para a melhoria da saúde e da moralidade do país.

Os reformadores tinham como foco os operários. A lógica que queriam aplicar apoiava-se na descoberta que a energia dos alimentos se media pelas calorias. Assim, o New Nutrition visava combater as pragas da industrialização e da urbanização pensando da seguinte forma: com alimentação balanceada o gasto dos operários com comida seria menor, podendo, assim, direcionar recursos para os alojamentos e outros tipos de consumo gerando elevação da qualidade de vida. Apesar de não ter sido bem sucedido, esse movimento surtiu efeito sobre a classe média.

Outras iniciativas surgiram inspiradas nesse movimento, como a proposição de uma nova dieta, como Kellogg, inventor do cornflakes, e Fletcher, que difundiu a “mastigação conscienciosa” – comer apenas quando sentimos necessidade e somente a quantidade para apaziguar a fome. Esses conselhos de moderação foram bem acolhidos mais uma vez pela classe média. Um motivo curioso que Levenstein (1998) menciona para essa adequação foi a falta de empregados domésticos para oferecer recepções a moda francesa, para as donas de casa representou uma espécie de “fuga” do trabalho doméstico.

As ideias de abnegação continuaram se desenvolvendo no território americano, assistindo novo impulso com a I Guerra, quando o governo lançou uma campanha para persuadir os americanos a reduzir o consumo para enviar alimentos para suas tropas.

Mais uma vez a classe operária permaneceu indiferente a estes apelos de controle alimentar – estavam em um momento que podiam consumir mais, pois recebiam mais pelos serviços prestados pela falta de mão de obra ocasionada pela guerra – que foram acolhidos pela classe média.

A terceira Reforma Alimentar apresentada está ligada à descoberta das primeiras vitaminas em 1917. O novo modelo alimentar, o Newer Nutrition (1928), fundamentava-se no consumo das vitaminas e teve adeptos das classes média e alta dispostos a privilegiar a saúde.

Em meados dos anos 20 a indústria alimentar já se encontrava altamente organizada e era financiada por importantes investimentos. Despesas com promoção e publicidade eram maciças. Exemplos da época conhecida como Vitaminomania podem ser vistos na marca Fleishmann que produzia bolos com vitamina B e na indústria de laticínios onde a propaganda era do leite enlatado com vitamina D e mais tarde manteiga e leite fresco, entre outros. A modificação da imagem do leite foi enorme, de leite para criança ele se transformou em alimento perfeito para todas as idades.

A Vitaminomania também contribuiu para ressuscitar as ideias de Graham sendo a farinha branca acusada de provocar carências em vitaminas. Uma pesquisa que atestou insuficiência de vitamina B1 e tiamina na população e outra que revelou que a falta de tiamina tornou os adolescentes participantes do experimento resmungões e pouco cooperativos foram base de uma advertência lançada: o povo que se alimenta essencialmente de farinha branca corre o risco de ficar enfraquecido e vulnerável a um ataque do inimigo. Em meio à guerra, o grande público se mostrou sensível.

Em um cenário onde as vitaminas haviam sido sintetizadas e diante de um monopólio farmacêutico, a indústria alimentar caminha para uma campanha de outras vantagens de seus produtos. Junto ao governo “definiram uma tese à qual iam permanecer fiéis até os anos 70: os alimentos americanos eram de uma qualidade nutritiva inigualável, e bastava consumir os bons alimentos para obter todas as substâncias nutrientes indispensáveis a saúde” (LEVENSTEIN, 1998, p. 835).

Na Segunda Guerra a penúria alimentar e o racionamento assombraram os americanos, que tinham dificuldade em aceitar tal situação. O ressentimento desse período permaneceu por alguns anos, mesmo com o fim da guerra. O abastecimento e o preço da carne de boi tornaram-se naqueles anos os principais problemas da política interna do país. Já em 1948 a aparência de ordem tinha se restabelecido, ano o qual faz

parte da época conhecida como baby-boom (1946 a 1963). Esses anos foram marcados por uma valorização da família e, no plano alimentar, as questões de saúde e gastronomia perderam lugar para a comodidade. Foi o início dos alimentos “prontos para servir” e o aperfeiçoamento dos métodos para isso.

A preocupação com a qualidade nutritiva dos alimentos foi varrida pelo orgulho que inspirava a fecundidade do espírito americano. Ao contrário do resto do mundo os sabores alimentares tinham deixado de ser um verdadeiro sinal de distinção social. Mas tudo isso não sobreviveu ao final da década de 1960. Críticas foram surgindo quanto aos aditivos inseridos nos alimentos, o uso de pesticidas e adubos na agricultura entre outras. Como antes da guerra, os efeitos perniciosos dos tratamentos industriais voltaram a ser de interesse das pessoas. Dentre as consequências dessa nova onda de contestação temos a moda dos alimentos biológicos – orgânicos, como ficaram conhecidos no Brasil – ou naturais: uma mistura de saúde, moralidade e romantismo que tinha marcado a década de 1830. Mesmo sem saber os vínculos com o passado os hippies foram os grandes defensores dessas ideias como contracultura, mas o movimento tocou numerosas pessoas além deles.

O último movimento de Reforma Alimentar apresentado no texto é o Negative Nutrition. Ao contrário do Newer Nutrition que incentivava as pessoas a consumirem uma certa quantidade de nutrientes, esse movimento lançou advertências com relação a certos tipos de alimentos. O principal alvo foi o colesterol seguido pelo açúcar, sem esquecer do ataque a obesidade. Além disso, também retoma as ideias de Graham quanto ao consumo excessivo da carne de boi e de produtos industrializados.

O Negative Nutrition teve um acolhimento favorável da classe média, tornando-se em 1977 centro da política alimentar nacional. Para recuperar o terreno perdido por essa nova concepção de controle do consumo alimentar as indústrias do ramo lançaram uma série de produtos “atenuados”, de “baixa caloria”, “0% gordura”, “sem colesterol”, “sem sal”. Reagan, que governou o país entre 1981 e 1989, buscou impedir os publicitários de indicar um produto como bom para a saúde. O tumulto das meias verdades e das informações falsas também obrigaram Bush (1989/93) e Clinton (1993/2001) a intervir.

O resultado final de toda a trajetória descrita traz a tona a contradição duradoura da abundância americana conforme mencionado anteriormente. Mais uma vez, as classes média e alta são as protagonistas. O foco de combate é o que o autor chama de lipofobia, que por consequência traz uma obsessão dessa população por regimes e exercícios

físicos. Porém, nada indica a queda do peso médio do americano e até mesmo o fenômeno inverso – o aumento de peso. Paralelamente, o turismo, as viagens ao exterior, contribuem para novos critérios gastronômicos implicando que as preferências alimentares voltem a ser um sinal de distinção social. Assim, o moralismo e o sentimento de culpa presentes na primeira Reforma Alimentar impulsionada por Graham não desapareceram. O que se ressalta com os anos que se passaram desde a primeira Reforma é que “A alimentação substituiu o sexo como objeto de culpabilidade”, conforme previsto pela revista *Psychology Today*, em 1971. (LEVENSTAIN, 1998)

A síntese do texto de Harvey Levenstein nos revela que as Reformas Alimentares americanas foram marcadas pelo desenvolvimento dessa sociedade que passa desde o transporte até a descoberta de substâncias como as vitaminas ou os aditivos para conservação dos alimentos, compactuando com o saber científico e tecnológico presentes no universo da academia e dos laboratórios. A abundância dos alimentos – e a preocupação de como conservá-los, transportá-los e consumi-los – em conjunto com adventos como as guerras, revela a moralidade, as preocupações e a recepção desses fatores por diferentes grupos populacionais que compõem uma sociedade complexa. Ao mesmo tempo, podemos destacar que tais Reformas também são um modo de se criar experiências corretivas, levando a uma padronização da sociedade, especificamente dos hábitos alimentares, seja a partir de uma moralidade religiosa que se materializa nos apelos de um pastor protestante como Graham, seja a partir de um estatuto da Ciência que tem no Estado seu difusor, como nos apelos e intervenções do governo norte-americano na guerra ou na publicidade.

Neste ponto, cabe retomar a alimentação escolar. A intersecção entre padronização alimentar e merenda acontece ao tomarmos a escola como instituição que tem como papel a socialização, capaz de produzir e reproduzir relações sociais e, desse modo, capaz de ser agente nas experiências alimentares. A escola como instituição modeladora e as políticas públicas fomentadas para ela no que concerne à alimentação oferecida nesse ambiente tem adotado uma lógica baseada nos preceitos de educação alimentar, segurança alimentar, valorização regional e econômica. Essa lógica se traduz desde o conhecimento do que seria uma alimentação adequada para uma vida saudável, os alimentos oferecidos pela escola, o que é consumido de acordo com alimentos típicos do lugar (fazendo com que uma cultura local seja institucionalizada) até movimentação econômica local através da compra de produtos provindos da agricultura familiar. Todo

esse aparato se desenvolve em uma dialética complexa, que tem como pano de fundo os hábitos de nossa sociedade, o conhecimento científico e a utilização pelo Estado desse conhecimento produzido.

Nesse sentido, a educação alimentar atribuída à escola pelo PNAE pode ser vista sob a ideia do processo civilizador de Norbert Elias (1994). Assim como os manuais de boas maneiras, que se transformaram em manuais para a educação elementar, fizeram parte do processo civilizador, podemos dizer que a educação alimentar inserida na escola a partir Resolução nº 26 de 17 de junho de 2013 do FNDE, de alguma forma materializa esse processo no século XXI. Levando em conta que os hábitos estão mais ligados a motivações sociais e à adaptação do comportamento ao modelo vigente do que às concepções racionais, podemos indagar sobre quais são essas motivações sociais e também sobre qual o modelo hoje. O modelo que acreditamos estar em vigor parte justamente de um modelo “racional” onde impera a Ciência enquanto detentora de um saber e da busca pelo prolongamento da vida, conforme traz Foucault (2005). Desse modo, o Estado utiliza-se da legitimidade da Ciência para a implementação de medidas que afetam a população e, neste caso, a comunidade escolar.

Uma sociedade fundamentada na racionalidade e na interdependência entre os indivíduos articula constantemente a previsibilidade e o controle do risco. Desse modo, pensando que a ideia de uma alimentação adequada passa por um pensamento racional baseado na Ciência e, assim, em critérios nutricionais, de higiene, de saúde e da construção de uma previsibilidade preocupada com o controle de riscos que podem ser trazidos a partir de uma alimentação equivocada, ela traz consigo uma normatização que dispõe sobre as práticas alimentares adequadas. A educação alimentar é fruto desse contexto. Mas, mais que isso, a educação alimentar aparece, assim como o exemplo de Elias (1994) dos hábitos a mesa, como parte de um processo civilizador, da difusão de costumes de um modelo de vida. No caso, como anteriormente afirmado, um modelo que acreditamos estar baseado na racionalidade científica e, especificamente, em uma Ciência da Saúde que tem o papel de prolongar a vida.

Por outro lado, temos que estar cientes que o comportamento racional não é o que condiciona a alimentação. As práticas alimentares não são sem processos históricos e culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao observarmos a trajetória da merenda escolar, podemos perceber que, à medida que se concretiza políticas do Estado de acesso a escola e a alimentação é garantida como fator para a permanência das crianças nesse local, outras demandas a esse respeito passam a ser alvo de preocupação. Primeiramente em torno da qualidade da merenda e do oferecimento de uma alimentação saudável. Nesse sentido é clara a importância que os discursos médico e nutricional ganham e, atrelado a eles, a questão do risco. Esse quadro favorece a busca pela normalização dos corpos das crianças. Se a observação das escolas começam a indicar isso na pesquisa maior a qual esse trabalho deriva, a revisão bibliográfica exploratória a qual apresentamos na introdução reifica esse argumento. Desse modo, é válido trazer os pontos levantados a partir dessa revisão, como a qualidade nutricional, a higiene, o consumo de frutas e hortaliças, a educação alimentar e a agricultura familiar. Destaco as indagações sobre os dois primeiros pontos: O que significa que a qualidade nutricional do cardápio servido na escola está inadequado? Que a política de alimentação escolar não atende de maneira adequada seus alunos? Que a merenda escolar sob a luz da Segurança Alimentar e Nutricional não se efetiva? Por quê? É apenas uma ineficiência de gestão? O que é servido na escola está ligado a práticas alimentares na escola ou às práticas alimentares dos alunos? A tradição alimentar da população brasileira está em acordo aos parâmetros de “qualidade nutricional”? O que é qualidade nutricional? Se não há riscos na forma como a merenda é preparada por que isso é tratado de forma negativa? Qual é o real padrão de higiene satisfatório? Se não há riscos para aqueles que consomem, isso não tem mais a ver com o tipo de higiene que está se impondo a escola, diferente daquela necessária no dia a dia?

Colocadas essas questões, cabe outra: Qual a aproximação dessas pesquisas com o que acontece na escola? Em outras palavras, qual a conexão entre o Estado, a Ciência e a Sociedade? De um lado, a Ciência se torna cada vez mais presente sob um argumento normativo presente na política pública (Estado). Se materializa quando, na vivência na escola, há a necessidade de explicações de uma merendeira sobre como ela estava descascando mandioca para a pesquisadora. A merendeira estava de uniforme branco e, pela terra que vem com a mandioca, havia se sujado. Enquanto a descascava no canto da cozinha, essa terra se espalhava por ali, também sujando ao redor. Então ela explica o

que está fazendo, que assim é mais fácil, mas que depois vai limpar tudo, com certo receio do que se poderia pensar sobre a sujeira, como se fosse algo errado, diferente do ideal. O que temos é um comportamento de sujeição às ideias/saberes e classificações que circundam sobre a higiene na preparação dos alimentos e como isso deve ser feito de acordo com o que é prescrito pela política (Estado). Por outro lado, mesmo com as concepções de higiene permeando a ação da merendeira ela não a altera em si ou, quando indagada sobre a forma como prepara os alimentos, afirma com brio que o faz como prepara a comida em casa.

Podemos dizer que há uma distensão, entre um argumento legitimado por uma Ciência da Saúde e a tradição, que não deixa de aparecer na política nacional de alimentação escolar, quando há, por exemplo, a valorização dos hábitos regionais instituída. Esse contexto experienciado na escola é discutido em outras esferas como na produção de alimentos tradicionais, artesanais e de base familiar. Recentemente foi lançado pela campanha “Comida é patrimônio” do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional o “Manifesto da Colher de Pau”. Nele se recorda que, apesar do avanço com a Resolução da Diretoria Colegiada nº 49 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) – que regulamenta a produção de alimento pelos microempreendedores individuais (MEIs), empreendimentos familiares rurais e empreendimentos da Economia Solidária – há normas inadequadas e dificuldades de diálogo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Os padrões continuam sendo aqueles da produção agroindustrial de larga escala, o que “acaba aproximando o modelo artesanal da industrialização e artificialização, aumentando custos e afastando-o de suas características socioculturais” (DIAS, 2015). Como exemplos dessa artificialização podemos citar a própria proibição do uso da colher de pau na produção de alimentos, que dá nome ao Manifesto, e a exigência da fabricação do queijo artesanal de Minas com leite pasteurizado, diferente da sua forma tradicional de elaboração. Como afirma o antropólogo Raul Lody, autor do Manifesto, em entrevista a Dias (2015), “empregar regras sanitárias sem entender os motivos acumulados na história, na sabedoria tradicional de povos, de segmentos étnicos é apenas uma ação 'burocrática' que distancia o verdadeiro sentimento de comida, de comensalidade e de outros valores agregados à mesa”. O Manifesto, de certa forma, contempla o que tem sido visto nas escolas.

Por último, vale ressaltar que a produção científica na área biomédica, com ênfase para a Nutrição, tem contribuído de sobremaneira para a melhoria da qualidade alimentar da merenda oferecida na escola. Mas, dada a complexidade da instituição escolar, outros olhares, como da Antropologia, Sociologia e das Ciências Humanas de forma geral, são pertinentes no intuito de reconhecer e valorizar as práticas locais. É essencial, para uma política de Estado tão abrangente como o Programa Nacional de Alimentação Escolar, que ocorra um diálogo profícuo entre essas perspectivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Alicinez Guerra. **Conhecimentos e práticas de educadores e nutricionistas sobre a educação alimentar e nutricional no ambiente escolar.** (Dissertação de Mestrado). Mestrado Acadêmico em Nutrição UFPB, 2012

ALVES, Marcia Aurelina de Oliveira. **Qualidade nutricional, adequação às recomendações nutricionais e obediência ao cardápio de refeições do almoço servidas em creches públicas municipais** (Tese de Doutorado). Doutorado em Nutrição, Unifesp, 2011.

BARBOSA, Natalia Ferreira. **Rede De Segurança Alimentar e Nutricional na Política de Alimentação Escolar.** (Dissertação de Mestrado). Mestrado Acadêmico em Agronegócio Instituição de Ensino, UFG, 2012.

BELIK, W. A Política Brasileira de Segurança Alimentar e Nutricional: concepção e resultados. **Segurança Alimentar e Nutricional.** Campinas, 19(2): 94-110, 2012.
Disponível em: <http://www.unicamp.br/nepa/arquivo_san/volume_19_2_2012/19-2_artigo-8.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2014

BRASIL. MEC. FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução nº 26 de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Disponível em:
<https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000026&seq_ato=000&vlr_ano=2013&sgl_orgao=FNDE/MEC>. Acesso em: 19 fev 2014

DIAS, Juliana. O Manifesto Colher de Pau e seu porquê. **Carta Capital** [online]. mai, 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/outras-palavras/o-manifesto-colher-de-pau-e-seu-porque-8586.html>>. Acesso em: 06 jul de 2015.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. v.1, 1994.

FAO, IFAD e WFP. 2014. The State of Food Insecurity in the World 2014. Strengthening the enabling environment for food security and nutrition. Rome, FAO.

FARIAS, Silvia Cristina. **Avaliação do impacto de uma intervenção de promoção de frutas e hortaliças sobre o consumo desses alimentos por alunos e professores de escolas públicas** (Dissertação de Mestrado). Mestrado Acadêmico Em Alimentação, Nutrição e Saúde, Uerj, 2011.

FNDE. **Portal do FNDE**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar> >. Acesso em: 19 fev. 2015.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GOMES, Nair Augusta de Araujo Almeida. **Qualidade higiênico-sanitária da alimentação oferecida em escolas públicas do estado de Goiás** (Dissertação de Mestrado). Mestrado Acadêmico em Nutrição e Saúde, UFG, 2011

LEVENSTEIN, Harvey. Dietética contra gastronomia: tradições culinárias, santidade e saúdenos modelos de vida americanos. In: FLANDRIN, J. & MONTANARI, M.(orgs) **História daAlimentação**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

NUNES, Maria Janaina Cavalcante. **Ações de alimentação e nutrição em escolas participantes do programa saúde na escola**. (Dissertação de Mestrado). Mestrado Acadêmico em Nutrição, UFG, 2012.

OLIVEIRA, Ana Beatriz Almeida de. **Condição higiênico-sanitária da água e ambiente de preparo da alimentação em escolas públicas atendidas pelo Programa Nacional De Alimentação Escolar no município de Porto Alegre RS**. (Tese de Doutorado) Doutorado em Microbiologia Agrícola e do Ambiente, UFRGS, 2011

ONAUER, Ruano. A Construção e Implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Oficina Estadual para Implantação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional**, Porto Alegre, 2011. Disponível em <http://pjf.mg.gov.br/conselhos/seguranca_alimentar/documentos/oficinasisan.pdf>. Acesso em: 06 out. 2014.

PEREGRINO, M. A teoria: ferramentas e pressupostos. In: **Trajetórias desiguais**. Um estudo sobre os processos de escolarização pública de jovens pobres. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

PERETTI, Greicy. **Promoção do consumo de alimentos reguladores e ingestão hídrica por adolescentes**. (Dissertação de Mestrado) Mestrado Acadêmico em Educação e Saúde na Infância e Adolescência, Unifesp – Campus Guarulhos, 2011.

RISSARDO, Joao Ricardo Barbosa. **Políticas de Aquisição de Alimentos na região centro-ocidental paranaense** '(Dissertação de Mestrado). Mestrado Profissional em Políticas Públicas, UEM, Maringá, 2012.

SILVA, Ana Paula Ferreira da. **Demanda e oferta de alimentos orgânicos da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar em municípios de Santa Catarina** (Dissertação de Mestrado). Mestrado Acadêmico em Nutrição, UFSC, 2012.

SILVEIRA, Vanessa Gomes. **Promoção da Saúde e Alimentação do Escolar.** (Dissertação de Mestrado). Mestrado Acadêmico em Saúde Coletiva, Unifor, 2011.

SOARES, Lilian Santos. **Segurança dos alimentos: avaliação do nível de conhecimento, atitudes e práticas dos manipuladores de alimentos na rede municipal de ensino de Camaçari-BA** (Dissertação de Mestrado). Mestrado Acadêmico em Alimentos, Nutrição e Saúde, UFBA, 2011.

VIANA, KatiaRoseanny Silva. **Qualidade Nutricional Dos Cardápios Em Escolas Públicas De Município Do Nordeste Brasileiro** (Dissertação de Mestrado). Mestrado Acadêmico em Ciências da Saúde, UFRN, 2012

WERLE, CatierineHirsch. **Avaliação das condições higiênico-sanitárias da alimentação servida às crianças em escolas do município de São José do Rio Preto/SP** (Dissertação de Mestrado). Mestrado Acadêmico em Engenharia e Ciência de Alimentos, Unesp, São José do Rio Preto, 2011.